

PICUM QUARTERLY

janeiro – março 2015

FRONTEIRAS

NAÇÕES UNIDAS

DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA

DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

CUIDADOS DE SAÚDE

TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS

MULHERES INDOCUMENTADAS

CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E SUAS FAMÍLIAS

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS

FRONTEIRAS

MEDITERRÂNEO / Mais de 1.000 migrantes salvos em poucos dias. Centenas morrem afogados.

A guarda costeira e a marinha italianas, bem como vários navios de carga salvaram mais de 1.000 migrantes em várias operações realizadas no Mediterrâneo nos dias 3 e 4 de março de 2015. Os migrantes foram salvos a cerca de 80 quilômetros a norte da Líbia. A guarda costeira italiana revelou também que recuperou os corpos de 10 migrantes que morreram. O incidente segue-se à morte de pelo menos 300 migrantes que se afogaram a 7 de fevereiro de 2015 depois de os seus botes, provenientes da Líbia, se terem afundado no Mediterrâneo (ver boletim de notícias da PICUM de 18 de fevereiro de 2015). Muitas organizações da sociedade civil têm sido chamadas para mais operações de salvamento.

Fonte: [The Guardian](#), 4 de março de 2015

ESPANHA / Migrantes continuam a tentar escalar a barreira fronteiriça um ano após o incidente no qual morreram 15 pessoas

No dia 3 de fevereiro de 2015 um grupo de cerca de 50 migrantes subsarianos tentou escalar a barreira fronteiriça de Ceuta, enclave espanhol do Norte de África. Durante a tentativa, um dos migrantes conseguiu chegar a Ceuta. O resto do grupo foi impedido de entrar pelos guardas fronteiriços de Marrocos. O advogado dos direitos dos migrantes lembrou um incidente semelhante ocorrido um ano antes, a 6 de fevereiro de 2014, que resultou na morte de 15 migrantes que tentaram alcançar a costa de Ceuta. Nessa altura, os membros da Guarda Civil espanhola abriram fogo com um grande número de balas de borracha e gás lacrimogénio para impedirem 200 migrantes subsarianos de chegarem, resultando na morte de 15 migrantes. 16 guardas foram acusados de homicídio negligente.

Fontes: [El País](#), 4 de fevereiro de 2015; [Human Rights Watch](#), 4 de fevereiro de 2015; [Cadena Ser](#), 11 de fevereiro de 2015

NAÇÕES UNIDAS

ACNUDH / A Europa deve edificar-se sobre transparência e mobilidade reguladas

O Relator Especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos dos migrantes, François Crépeau, visitou Bruxelas de 2 a 5 fevereiro 2015 no seguimento do seu estudo publicado em 2013 sobre a gestão das fronteiras externas da União Europeia. Na sua Declaração Final de Missão publicada a 5 de fevereiro de 2015, o Relator Especial exortou os países da União Europeia (UE) a estabelecerem canais regulares em vez de se focarem em políticas repressivas. Crépeau realçou também a necessidade de se garantir o acesso à justiça a todos os migrantes. Durante a sua visita a Bruxelas o Relator encontrou-se com um grande número de funcionários da UE responsáveis pela gestão das fronteiras, representantes dos Estados membros da UE, organizações internacionais e organizações da sociedade civil com o objetivo de discutirem a gestão da fronteira da UE. Para ver a declaração, completa clicar [aqui](#).

ACNUDH / RELATÓRIO / Os direitos económicos, sociais e culturais dos migrantes irregulares

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) publicou um novo relatório intitulado “Os direitos económicos, sociais e culturais dos migrantes em situação irregular”. O relatório estipula o direito dos migrantes irregulares a assistência médica, educação, um padrão de vida adequado, segurança social e condições de trabalho justas. O relatório define também barreiras práticas e legais que impedem que os migrantes irregulares usufruam dos seus direitos em cada uma destas áreas e enfatiza ainda a importância de não rotular os migrantes irregulares indocumentados como “ilegais” devido à sua situação de migrantes. Para ver o relatório clicar [aqui](#).

NAÇÕES UNIDAS / Relatório Especial: Detenção intimamente ligada a maus-tratos de crianças

O Relator Especial das Nações Unidas para a tortura, Juan E. Méndez, por ocasião da apresentação do seu novo relatório ao Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos, apelou aos estados para terem em conta o superior interesse das crianças e adoptarem alternativas à detenção das crianças. Ele recomendou que os estados cessem rápida e totalmente com a detenção de crianças, com ou sem os seus pais, com base na sua situação de migrantes. A 28ª Sessão Regular do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas teve lugar de 2 a 27 maio 2015 em Genebra. Para ver o relatório do Relator Especial (A/HRC/28/68), clicar [aqui](#).

Fonte: [OHCHR, Press Release](#), 10 de março de 2015

NAÇÕES UNIDAS / Suíça é encorajada a fazer mais pelo cumprimento das suas obrigações legais para com crianças indocumentadas

A Comissão das Nações Unidas para os Direitos da Criança emitiu as suas ‘[Concluding Observations](#)’ (observações conclusivas) e recomendações à Suíça, como parte do processo de reporte regular de todos os Estados membros, sobre como a Convenção dos Direitos da Criança está a ser implementada. As recomendações incluem políticas de desenvolvimento e programas para impedir a exclusão social e discriminação de crianças indocumentadas. A Suíça foi um dos Estados analisados durante a 68ª sessão da Comissão de 12 a 30 de janeiro de 2015. Leia as observações conclusivas [aqui](#).

DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA

CONSELHO DA EUROPA / Relatório sobre os direitos humanos de migrantes, requerentes de asilo e refugiados em França

Na sequência da sua visita a França de 22 a 26 de setembro de 2014, Nils Muižnieks, Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, publicou um relatório a 17 de janeiro de 2015. O relatório aborda a luta contra a intolerância e o extremismo, os direitos humanos das pessoas de etnia Roma, assim como os direitos humanos dos migrantes, requerentes de asilo e refugiados em França. Muižnieks mostrou

preocupação com a situação em Calais, onde cerca de 2.500 migrantes irregulares vivem atualmente e apelou às autoridades para que procurem soluções mais duradouras. O Comissário mostrou-se bastante preocupado com a situação das crianças indocumentadas e apelou ao fim da detenção de crianças. Para ler a versão integral do relatório, clique [aqui](#) A 20 de janeiro de 2015, a *Human Rights Watch* (HRW) também abordou a situação em Calais através de uma [declaração](#) na qual denuncia a falta de alojamento e a violência policial contra os migrantes ali situados.

CONSELHO DA EUROPA / RELATÓRIO / Racismo e discurso do ódio na Grécia

No seu [quinto relatório sobre a Grécia](#), publicado a 24 de fevereiro 2015, a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) do Conselho da Europa destacou que, pese embora a adoção da nova lei anti-discriminação em 2014, o racismo, a xenofobia e a violência contra migrantes continuaram a aumentar no país durante o último ano. A ECRI recomendou às autoridades gregas a criação de um Grupo de Missão que desenvolva uma estratégia para fazer face ao racismo e à xenofobia, em cooperação com a sociedade civil, o Provedor de Justiça e a Comissão Nacional dos Direitos Humanos. A versão completa do relatório, redigido com base na [visita do ECRI à Grécia](#) efetuada em março de 2014, encontra-se disponível [aqui](#).

Fonte: [Conselho da Europa, Comunicado de Imprensa](#), 24 de fevereiro de 2015

CONSELHO DA EUROPA / RELATÓRIO / Monitorização da operação conjunta de regresso da Frontex por via aérea

O Comité do Conselho da Europa para a Prevenção da Tortura (CEPT) publicou um [relatório](#) sobre a sua primeira missão para acompanhar a Operação Conjunta de Regresso da Frontex por via aérea num voo de Roterdão, Países Baixos, até Lagos, na Nigéria. Essa missão de acompanhamento decorreu de 16 a 18 de outubro de 2013. O relatório publicado a 5 de fevereiro de 2015, sublinha que as operações para deportar migrantes por ar comportam um risco de tratamento degradante e desumano. O CEPT observou o uso excessivo de condicionalismos físicos em várias etapas do procedimento de remoção. Entre as recomendações, o Comité salienta que deverá ser efetuada uma avaliação individual dos riscos para justificar a utilização dos constrangimentos físicos e que os profissionais de saúde em voos de repatriamento devem ser equipados com ferramentas de emergência.

Fonte: [ECRE](#), 13 de fevereiro de 2015

COMISSÃO EUROPEIA / Introdução dos principais elementos da próxima Agenda Europeia para a Migração

O primeiro vice-presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans, juntamente com o Comissário para a Migração, Assuntos Internos e Cidadania, Dimitris Avramopoulos, lançou, a 4 de março de 2015, as prioridades essenciais do trabalho da Comissão Europeia relativamente ao delinear de uma Agenda Europeia para a Migração que seja exaustiva e alargada. Pela primeira vez, a migração é considerada, de forma explícita, como uma prioridade da Comissão Europeia, tal como apresentado nas diretrizes políticas do Presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker, designada “Um Novo Começo para a Europa”. Quatro prioridades foram anunciadas: melhorar o funcionamento do sistema de asilo, protegendo as fronteiras da UE, sobretudo através do reforço das operações da Frontex; combater a migração irregular através da identificação das redes de tráfico e de contrabandistas e melhorar a migração laboral. A nova agenda para a migração deverá ser publicada em maio de 2015. Um vídeo da conferência de imprensa encontra-se disponível [aqui](#).

Fontes: [Comunicado de Imprensa da Comissão Europeia](#), 4 de março de 2015

COMISSÃO EUROPEIA / Operação Triton da Frontex será prolongada e mais apoio financeiro para a Itália

A Comissão Europeia decidiu aumentar o seu apoio a Itália para enfrentar o elevado número de migrantes que chegam pelo Mediterrâneo. A Comissão Europeia concedeu à Itália 13.7 milhões de euros num fundo de emergência do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) e anunciou, a 19 de fevereiro de 2015, que a Operação conjunta Triton, da responsabilidade da Frontex, será prolongada até, pelo menos, ao final de 2015.

Fontes: [Farnesina](#), 25 de fevereiro de 2015; [Comissão Europeia Comunicado de Imprensa](#), 19 de fevereiro de 2015

COMISSÃO EUROPEIA / Folha informativa sobre contrabando de migrantes na União Europeia

A 13 de janeiro de 2015, a Comissão Europeia publicou uma [nota informativa](#) que sintetiza os assuntos chave e os dados relativos ao contrabando de migrantes na União Europeia. Ao destacar as diferenças entre o tráfico humano e o contrabando de migrantes, a Comissão Europeia enumera um número de medidas destinadas a combater o contrabando sob o atual quadro legal da UE e observa que o apoio a migrantes que precisem de proteção tem de ser assegurado. Com base na [informação recolhida pela Frontex até janeiro de 2015](#), a ficha de informações sublinha que, em 2014, mais de 276 mil migrantes irregulares entraram na UE, o que representa um aumento de 155% quando comparado com os dados oficiais de 2013.

Fontes: Comissão Europeia, Ficha Informativa, [MEMO/15/3261](#); [EU Observer](#), 6 de janeiro de 2015

PARLAMENTO EUROPEU / Novo intergrupo integra direitos das crianças no âmbito do trabalho do Parlamento Europeu

A constituição de um intergrupo sobre os direitos das crianças foi aprovado em dezembro de 2014 para o atual mandato parlamentar (2014-2019). Os intergrupos são estruturas informais dentro do Parlamento Europeu para fomentar as trocas entre os eurodeputados e a sociedade civil sobre questões específicas. Este novo intergrupo pretende promover os direitos das crianças e assegurar que o interesse superior das crianças é tido em consideração tanto na ação interna como externa da UE. Este intergrupo poderá desempenhar um papel chave na integração dos direitos da crianças no âmbito do trabalho do Parlamento Europeu. A criação deste intergrupo é o resultado dos esforços de sensibilização do Grupo de Ação dos Direitos das Crianças e do seu [Manifesto dos Direitos das Crianças](#).

Fonte: [Eurochild - Boletim eNews](#), dezembro de 2014

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA / Proposta para harmonizar legislação relativa às sanções em caso de residência irregular

A Presidência letã do Conselho da UE está a propor a avaliação das estatísticas dos Estados membros sobre casos de migrantes que tenham tido previamente um visto ou uma autorização de residência e que tenham continuado a residir irregularmente mesmo depois de um destes documentos ter caducado. O objetivo da proposta é a harmonização de legislação nesta área, incluindo sanções a serem impostas ao nível da UE. De forma a obter informação sobre migrantes sem documentação a viver em Estados membros, a Presidência vai utilizar dados recolhidos no âmbito das operações policiais conjuntas “Mor Mairoum”, “Perkunas” e “Mitras”, dados da Frontex, os [resultados do Projeto CLANDESTINO](#), e vai, ainda, enviar um breve questionário para todos os Estados membros relativamente à realidade nacional. O documento está disponível na [página da Statewatch](#).

Fonte: [Statewatch News Online](#), fevereiro de 2015.

UE / Mais de 19.000 migrantes detidos durante a operação policial conjunta Mos Maiorum

Um total de 19.234 migrantes indocumentados foram detidos (9.890 nas fronteiras externas da UE e 9.344 no território da UE) durante uma operação policial conjunta designada 'Mos Maiorum', que decorreu em toda a UE de 13 a 26 de outubro de 2014. Esta operação foi proposta pela Presidência italiana do Conselho da UE em julho de 2014 e foi conjuntamente levada a cabo por todos os Estados membros da UE, com exceção da Croácia, Grécia e Irlanda. As agências Frontex e Europol prestaram apoio técnico e analítico à operação. A operação levou ainda à detenção de 257 pessoas que são alegadamente facilitadoras da migração irregular.

Fonte: [Statewatch](#), 23 de janeiro de 2014

UE / Primeiro encontro do Fórum Europeu da Migração

O primeiro encontro do novo Fórum Europeu da Migração teve lugar nos dias 26 e 27 de janeiro de 2015, em Bruxelas, e foi dedicado aos fluxos migratórios no Mediterrâneo, em particular à questão do contrabando de seres humanos. O Fórum Europeu da Migração é uma iniciativa do Comité Económico e Social Europeu que veio substituir o Fórum de Integração da UE de modo a proporcionar uma plataforma alargada para o diálogo com as organizações da sociedade civil e as autoridades locais e regionais sobre a agenda da UE para a migração, asilo e integração. Kadri Soova, responsável de Advocacia da PICUM, e

Yonous Mohammadi do Fórum Grego dos Refugiados foram eleitos na qualidade de novos representantes da sociedade civil. Para mais informação sobre o Fórum Europeu da Migração, clique [aqui](#).

Fontes: [Migrant's Rights Network](#), 2 de fevereiro de 2015

TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS / Sobreviventes do naufrágio de Farmakonisi apresentam queixa

Em janeiro de 2014, um barco com migrantes naufragou ao ser rebocado pela guarda costeira da Grécia, o que levou à morte de 11 afegãos, perto da ilha grega Farmakonisi. De acordo com os testemunhos de sobreviventes, a guarda costeira grega rebocou a sua pequena embarcação a grande velocidade reconduzindo-os até à Turquia e o cabo foi cortado o que causou o naufrágio do barco. Depois do procurador do Tribunal Marítimo de Piraeus ter formalmente arquivado a investigação do caso 'Farmakonisi' em agosto de 2014, os sobreviventes do naufrágio apresentaram agora uma queixa junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Os sobreviventes afirmam que as autoridades gregas agiram em violação do direito à vida, do direito de não ser objeto de tortura e do direito à tutela judicial efetiva no contexto da operação da guarda costeira ao largo da costa da ilha grega. Os agentes da autoridade que participaram na operação afirmaram que se tratou de uma missão de resgate.

Fontes: [Amnistia Internacional](#), 20 de janeiro de 2015; [Pro Asyl](#), 20 de janeiro 2015

DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

FRANÇA / Protesto contra a punição do apoio a migrantes irregulares

Um ativista dos direitos dos migrantes foi chamado ao Precinto Judicial da cidade de Dijon por acusações de facilitar a residência ilegal de vários migrantes, a quem forneceria a prova de alojamento de que necessitariam para aceder a serviços médicos e sociais e para fazer um requerimento de asilo. Um ativista da Liga de Direitos Humanos (Human Rights League), Paul Garrigues, não foi alvo de processo criminal mas recebeu um aviso. Cerca de 50 pessoas reuniram-se terça-feira, 27 de janeiro de 2015, em frente ao Precinto Judicial de Dijon, em protesto contra a criminalização da assistência a migrantes irregulares. Um grupo de 29 associações organizou o protesto com cartazes que diziam “A solidariedade não é um crime” ou “Solidariedade sempre”.

Fontes: [Bien Public](#), 28 de janeiro de 2015; [Macommune.info](#), 27 de janeiro de 2015

FRANÇA / No seguimento dos ataques de Paris, o “herói” que se encontrava previamente em situação irregular recebe cidadania francesa

O migrante, que previamente se encontrava em situação irregular, Lassana Bathily, foi naturalizado em França a 20 de janeiro de 2015 por ajudar a salvar as vidas de várias pessoas durante um ataque a um supermercado judeu em Paris a 9 de janeiro de 2015. O ataque ao supermercado judeu foi associado ao assassinato de 12 pessoas na sede da revista satírica Charlie Hebdo, que ocorreu dois dias antes, a 7 de janeiro. Lassana Bathily, um empregado do supermercado, ajudou vários clientes a esconderem-se numa câmara fria antes de conseguir escapar e informar a polícia sobre o que aconteceu. Alegadamente, a polícia de início confundiu-o com um dos perpetradores. O nacional do Mali de 24 anos chegou a França aos 16 anos. Quando fez 18 anos, fez um requerimento para permissão de residência, o qual foi negado e o deixou numa situação irregular. Depois de receber muita atenção mediática, que frequentemente sublinhou o facto de ele ser um muçulmano que salvou as vidas de vários judeus, ele foi informado de que receberia cidadania francesa pelas suas ações heróicas. Tanto o ministro da administração interna, Bernard Cazeneuve, como o primeiro-ministro, Manuel Valls, foram à cerimónia na qual ele foi naturalizado.

Fonte: [Le Monde](#), 20 de janeiro de 2015

ALEMANHA / Relatório de migração de 2013: Mais de 32.500 migrantes irregulares apreendidos em fronteiras e aeroportos

A Agência Federal Alemã para a Migração e Refugiados (Bundesamt für Migration und Flüchtlinge, BAMF) lançou o seu Relatório de Migração para o ano de 2013 a 21 de janeiro de 2015. O número de apreensões de migrantes irregulares nas fronteiras e aeroportos alemães aumentou para 32.533 em 2013, em comparação com os 25.670 migrantes registados como irregulares em 2012. Contudo, este número não inclui migrantes que

residem na Alemanha de forma irregular e não são conhecidos pelas autoridades. O número de apreensões de contrabandistas (“smugglers”) aumentou em 70.6% em 2013, comparativamente a 2012. O número de deportações aumentou para 10.198 em comparação com 7.651 em 2012. Para ver o Relatório de Migração de 2013 e edições anteriores, clique [aqui](#).

Fontes: [Bundesamt für Migration und Flüchtlinge](#), 21 de janeiro de 2015; [N24](#) 4 de janeiro de 2015

ALEMANHA / Movimentos de asilo em igrejas recebem críticas

Num encontro de democratas cristãos em janeiro de 2015 o ministro alemão da administração interna, Thomas de Maizière, do Partido Democrático Cristão (CDU), criticou as igrejas por fornecerem abrigo a migrantes irregulares e refugiados. Maizière questionou a legitimidade do asilo em igrejas e considerou que os apoiantes do asilo em igrejas desafiam as leis existentes. Os representantes das Igrejas Católica e Protestante na Alemanha têm recebido críticas que referem os quadros internacionais de direitos humanos e a convicção cristã de ajudar aqueles que precisam.

Fontes: [Spiegel online](#), 30 de janeiro de 2015; [Evangelischer Pressedienst](#), 6 de fevereiro de 2015

GRÉCIA / Migrantes irregulares instrumentalizados nas negociações da dívida entre a Grécia e UE

Panos Kammenos, o ministro grego da defesa e o vice-ministro grego da administração interna, Giannis Panousis, afirmaram que forneceriam documentos de viagem de modo a permitir a “centenas de milhares de migrantes irregulares” viajar para Alemanha e outros países ocidentais europeus, se a Zona Euro não concordar com as suas exigências de pagamentos de resgate. Vários políticos e oficiais alemães reagiram com ultraje e avisaram que a Grécia seria temporariamente atirada para fora da área Schengen. A Grécia tem sentido dificuldades com a chegada de elevados números de migrantes e requerentes de asilo devido aos fortes cortes na despesa pública. Organizações da sociedade civil na Europa têm solicitado uma revisão da regulação de Dublin, tal como apoio adicional a países nas fronteiras do sul da Europa, como a Grécia.

Fontes: [Handelsblatt](#) 28 de fevereiro de 2015; [The Local](#), 9 de março de 2015; [Deutsche Presse Agentur](#), 9 de março de 2015

PAÍSES BAIXOS / Tribunal neerlandês: O sistema de segurança social viola os direitos de migrantes irregulares a assistência médica e alojamento

O Comité Europeu dos Direitos Sociais (CEDS) concluiu a 10 de novembro de 2014, relativamente ao caso da Conferência das Igrejas Europeias versus os Países Baixos, que o atual sistema de segurança social neerlandês viola os direitos dos migrantes irregulares. Concluíram também que o sistema de segurança social neerlandês não está em conformidade com os artigos 13.4 e 31.2 da Carta Social Europeia, referindo-se, respetivamente, ao direito a assistência médica e social e ao direito a alojamento. Desde então o governo neerlandês recusou comprometer-se com a decisão do Comité. A 15 de janeiro de 2015 o tribunal de Haia sustentou a decisão do Comité, concluindo que a falta de abrigo, alimentos e vestuário para migrantes irregulares interfere com a dignidade humana ao ponto de se considerar este um tratamento desumano e que tudo isto deve ser fornecido pelo governo. Leia a decisão do Tribunal em neerlandês [aqui](#).

Fonte original: Stichting Los Nieuwsbrief ([Inglês](#) e [Holandês](#)), 19 de janeiro de 2015

EUA / Novos dados sobre a população migrante irregular e custos da prossecução legal

Um estudo do Fórum de Ação Americano (“American Action Forum”), publicado a 6 de março de 2015, demonstra que o governo norte-americano terá gasto aproximadamente \$400 a \$600 biliões para apreender, deter, processar e deportar legalmente um número estimado de 11.2 milhões de migrantes irregulares nos EUA e prevenir a sua futura entrada irregular no país. Este processo duraria cerca de 20 anos e por seu lado diminuiria a força de trabalho em 11 milhões de trabalhadores, reduzindo o GDP real em \$1.6 triliões, de acordo com o [estudo](#). Outro [estudo](#), entitulado “Vias para o Estatuto Imigratório Legal: Resultados e Implicações do Inquérito PESSOA” (“Paths to Lawful Immigration Status: Results and Implications from the PERSON Survey”), aborda a questão de que uma certa percentagem de migrantes irregulares é potencialmente elegível para regularização. O estudo concluiu que 14% das pessoas elegíveis para deportação temporária através da [Ação Deferida para Chegadas de Crianças](#) (DACA) eram também elegíveis para alguma outra forma de alívio de estatuto de imigração.

Fontes: [The Atlantic](#) 6 de março de 2015; [Center for Migration Studies](#), 4 de dezembro de 2014; [Center for Migration Studies](#), 10 de dezembro 2014

CUIDADOS DE SAÚDE

NORUEGA / 11 organizações exortaram o governo a fornecer cuidados de saúde a migrantes indocumentados

No dia 27 de janeiro de 2015 um grupo de 11 organizações enviou uma carta ao governo norueguês exortando-o a fornecer cuidados de saúde a migrantes indocumentados com base na necessidade, ética profissional e direitos humanos. As organizações são: Cruz Vermelha norueguesa, Church City Mission, Amnistia Internacional norueguesa, Médicos sem Fronteiras norueguesa, Antiracist Center (centro antiracismo), Norwegian Organization for Asylum Seekers (organização norueguesa para requerentes de asilo), LHL's international tuberculosis foundation (fundação internacional de tuberculose LHL), Norwegian Peoples Aid, associação norueguesa de médicos, associação norueguesa de enfermeiros, e associação norueguesa de parteiras. Ver a carta aqui (em Norueguês).

RELATÓRIO / Violência íntima contra o migrante e as mulheres de minorias étnicas

A Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou um relatório intitulado “Prevenir e tratar a violência íntima contra o migrante e mulheres de minoria étnica: o papel do sector da saúde”. O documento apresenta provas fundamentais e faz recomendações à política da saúde e sistemas de saúde, serviços de saúde e prestadores de cuidados de saúde. O relatório também menciona as barreiras que as mulheres indocumentadas enfrentam quando tentam aceder aos cuidados de saúde incluindo restrições legais e receio de deportação. Neste contexto, o relatório recomenda coordenação com a polícia que deve garantir confidencialidade, segurança e acesso continuado aos serviços independentemente da situação de residência das mulheres. Para ver o relatório clicar [aqui](#).

SUIÇA / RELATÓRIO / Perspetiva e recomendações para melhorar o acesso e qualidade aos cuidados de saúde para populações vulneráveis na Suíça

A plataforma nacional para os migrantes indocumentados acederem aos cuidados de saúde na Suíça (‘Plateforme nationale pour l'accès aux soins de santé des sans-papiers’) publicou um relatório que revê as barreiras atuais e os desafios enfrentados pelos migrantes indocumentados para acederem aos serviços de saúde na Suíça. A versão resumida do documento está disponível em [alemão](#), [francês](#) e [italiano](#). A versão mais completa [Accès aux soins des vulnérables \(version détaillée\)](#) só se encontra disponível em Francês e fornece uma análise mais detalhada.

TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS

HONG-KONG / Mulher considerada culpada em caso de tortura e abuso de empregada doméstica indonésia

No dia 10 de fevereiro de 2015, uma mulher de Hong-Kong, que torturou e abusou a sua empregada doméstica indonésia, foi considerada culpada em 18 acusações que incluem agressão, dano corporal agravado, intimidação criminal, incumprimento de salários e não permissão de faltar ao trabalho. Fotografias que mostram as lesões de Erwiana Sulistyarningsih chamaram a atenção do público há cerca de um ano atrás, desencadeando protestos contra o tipo de tratamento dado aos empregados domésticos migrantes (Ver [Boletim da PICUM, 27 de janeiro de 2015](#)). Entre outras coisas, foi dito em tribunal que a empregadora, Law Wan-tung, deu um murro na boca de Sulistyarningsih, fraturando-lhe os dentes, enfiou um tubo de metal de aspirador na sua boca, cortando o seu lábio, e forçou a empregada a permanecer de pé nua na casa de banho no Inverno, enquanto disparava água contra ela e lhe apontava uma ventoinha.

Fonte: [Al Jazeera](#), 10 de fevereiro de 2015

REINO UNIDO / Tribunal defende a imunidade diplomática no caso de tráfico de empregados domésticos

O Tribunal de Apelo do Reino Unido defendeu a imunidade diplomática, deixando sem remédio empregados domésticos migrantes contratados por diplomatas, no seu julgamento de 5 de fevereiro de 2015. O caso de Reyes

& Suryadi v Malki dizia respeito a empregados domésticos migrantes, que foram descobertos pelas autoridades do Reino Unido como sendo vítimas de tráfico, e que requereram compensação por discriminação racial, assédio e furto de salários pelo seu empregador diplomata saudita em Londres. O diplomata alegou, com sucesso, o direito a imunidade diplomática, dentro da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

Fontes: [Courts and Tribunals Judiciary](#), 5 de fevereiro de 2015; [Kalayaan](#), 5 de fevereiro de 2015

EUA / A Aliança de Trabalhadores de Immokalee recebe o Prémio Presidencial por Esforços Extraordinários no Combate ao Tráfico Humano

O Secretário de Estado norte-americano John Kerry atribuiu o Prémio Presidencial de 2015 por esforços extraordinários no combate ao tráfico humano à Aliança de Trabalhadores de Immokalee, no Fórum da Casa Branca de Combate ao Tráfico Humano em Cadeias de Abastecimento, em 29 de janeiro de 2015. A Aliança de Trabalhadores de Immokalee foi pioneira num modelo de responsabilidade social baseado nos trabalhadores, o Programa de Comida Justa, de modo a incluir trabalhadores na discussão de exploração e abuso e erradicar a escravatura moderna nos campos de tomate da Flórida.

Fontes: [The White House blog](#), 29 de janeiro de 2015; [Freedom Network USA](#), 29 de janeiro de 2015

MULHERES INDOCUMENTADAS

REINO UNIDO / Sobreviventes de violência sexual detidas e vulneráveis a mais abusos

Um [relatório](#) publicado pela [Women for Refugee Women](#) em janeiro 2015 constatou que o governo do Reino Unido está a deter mulheres sobreviventes de violação, violência sexual e outras formas de tortura. Das 34 mulheres entrevistadas no “Yarl’s Wood immigration removal centre”, 19 mulheres afirmaram terem sido violadas nos seus países de origem; 21 mulheres sofreram outra violência sexual; 28 mulheres afirmaram que tinham sofrido perseguição em razão do género nos seus países de origem (incluindo estupro, violência sexual, casamento forçado, prostituição forçada, ou mutilação genital). O relatório realça também que o custo pela detenção de um indivíduo no centro de remoção de migração por ano é £37,230. Este relatório tem como base achados do relatório de 2014 “Women for Refugee Women”.

Fonte: [ECRE Weekly Bulletin](#), 23 de janeiro de 2015

EUA / Mulher indocumentada torna-se advogada

Vanessa Pumar, uma migrante indocumentada que chegou aos Estados Unidos da América (EUA) vinda da Venezuela com os seus pais quando tinha 12 anos, prestou juramento como advogada na Califórnia a 30 de janeiro de 2015 após ter realizado o exame da ordem. Pumar é a primeira beneficiária do “Deferred Action for Childhood Arrivals” (DACA), programa que protelou a deportação de jovens migrantes indocumentados, a tornar-se advogada nos EUA. Decidindo estudar Direito para resolver a sua situação familiar de migrante, concordou agora em trabalhar como representante legal para a “Coalition for Humane Immigrant Rights of Los Angeles” para servir a comunidade à qual ainda pertence.

Fontes: [NBC Los Angeles](#), 29 de janeiro de 2015; [Orange County register](#), 28 de janeiro de 2015

CRIANÇAS INDOCUMENTADAS E AS SUAS FAMÍLIAS

FRANÇA / Petição para banir testes de raios-x de idade óssea de crianças desacompanhadas

Foi lançada em janeiro de 2015 uma petição para banir o uso de raios-x para determinar a idade óssea de crianças migrantes desacompanhadas. Quando crianças desacompanhadas são consideradas menores, elas ficam sob a proteção do Estado. Se forem consideradas adultas, ficam em risco de serem deportadas ou podem ser enviadas para a prisão por induzirem em erro as autoridades sobre as suas verdadeiras identidades. Profissionais de saúde e peritos legais têm denunciado a falta de fiabilidade destes testes em determinar a idade de crianças, bem como levantado questões éticas e legais adicionais. Para assinar a petição, clique [aqui](#).

Fontes: [Le Monde](#), 17 de janeiro de 2015

UE / PUBLICAÇÃO / Explanador sobre pobreza infantill na UE agora disponível em oito línguas

O Guia da Eurochild e da REAP, intitulado 'Rumo ao Bem-Estar Infantil na Europa: Explanador sobre pobreza infantil na UE' ('Towards Children's Well-Being in Europe: Explainer on child poverty in the EU'), lançado em 2013, está agora disponível em oito línguas: inglês, estónio, francês, italiano, macedónio, polaco, eslovaco e espanhol. O Explanador visa sensibilizar o público sobre a pobreza infantil na Europa e indica a situação particular das crianças de migrantes indocumentados como sendo um dos grupos com o maior risco de ser atingido pela pobreza absoluta ou extrema. O Explanador está disponível em oito línguas [aqui](#).

Fonte: [Eurochild - eNews Bulletin](#), fevereiro de 2015

EUROPA / Cerca de 50% de crianças desacompanhadas que chegam à Europa desaparecem

De acordo com a organização *Missing Children Europe* (crianças desaparecidas Europa), cerca de metade do número de crianças migrantes desacompanhadas que chegam à Europa e que são colocadas em centros de receção desaparecem a cada ano, muitas delas durante as primeiras 48 horas. Enquanto que muitas delas fogem por medo de serem devolvidas, outras, provavelmente, tornam-se vítimas de tráfico e exploração sexual. O ministro da administração interna italiano, Angelino Alfano, declarou que 26% das crianças migrantes que chegaram a Itália por barco desapareceram de Itália em 2014. Relatórios da Suécia também afirmaram que muitas crianças desacompanhadas desaparecem dos serviços de cuidado do Estado na Suécia. A tendência está também a aumentar lá, com o ano de 2014 a fixar um recorde para a década passada com 374 crianças desaparecidas (comparado com 347 em 2013). Durante estes últimos dez anos mais de 2.000 crianças desacompanhadas desapareceram na Suécia.

Fontes: [Missing Children Europe](#), 2 de dezembro de 2014; [The Local](#), 15 de janeiro de 2015; [Sveriges Radio](#), 9 de fevereiro de 2015; [Sveriges Television](#), 12 de fevereiro de 2015

IRLANDA / Nota à proteção dos direitos das crianças migrantes: 'Inaceitável'

No dia 23 de fevereiro de 2015 a *Children's Rights Alliance* (Aliança dos direitos das crianças) publicou o [Boletim 2015](#), o sétimo da sua série anual de boletins. Os Boletins classificam o desempenho do governo irlandês em assuntos que afetam crianças face aos compromissos assumidos no Programa de Governo de 2011-2016, dando a nota de E+ para migração infantil. O sistema irlandês classifica de A (muito bom) a F (reprovado) e define a nota E como 'inaceitável, dando passos em direção errada, sem impacto positivo nas crianças'. Enquanto que reconhece o progresso limitado, o relatório pede ao governo que promulgue a Lei Internacional de Proteção já proposta e a Lei de Imigração e de Residência, e recomenda que ambas as leis estejam de acordo com a Convenção da ONU sobre os Direitos das Crianças.

Fonte: [Eurochild - eNews Bulletin](#), fevereiro de 2015

RELATÓRIO / Documento de discussão da UNICEF sobre a repatriação de crianças desacompanhadas e separadas

A UNICEF lançou um [relatório](#), em fevereiro de 2015, intitulado "Os direitos das crianças na política e no ato de retorno na Europa. Um documento de discussão sobre o retorno de crianças desacompanhadas e separadas à receção institucional ou à família" ('Children's rights in return policy and practice in Europe. A discussion paper on the return of unaccompanied and separated children to institutional reception or family'). O relatório foi criado com contribuições da UNICEF Países Baixos, Bélgica, Dinamarca, Noruega, Reino Unido e Suécia, e assinala as preocupações principais acerca da política e da praxis do repatriamento de crianças migrantes desacompanhadas e separadas. A UNICEF encontra-se preocupada com os esforços governamentais em aumentar o repatriamento de crianças desacompanhadas e separadas, o que poderá levar a lacunas na proteção destas crianças e dar azo a considerações insuficientes dos seus direitos e dos seus melhores interesses. Além da apresentação dos dados disponíveis e das perspetivas das próprias crianças, este documento dispõe de um número de considerações para a praxis governamental. Leia este documento [aqui](#).

REINO UNIDO / RELATÓRIO / Violações continuadas dos direitos de crianças desacompanhadas

A *Children's Rights Alliance for England* (CRAE) (Aliança para os direitos das crianças Inglaterra) publicou o relatório "O Estado dos Direitos das crianças na Inglaterra" ('the State of Children's Rights in England - SCRE'), a examinar se o suficiente foi feito de modo a 'cumprir os direitos humanos das crianças na Inglaterra'. Um capítulo está dedicado à migração, ao asilo e ao tráfico infantil, e assinala as questões principais acerca da detenção de migrantes e da separação de famílias. O relatório recomenda, entre outras coisas, um estatuto durável, que deve

ser providenciado para todas as crianças desacompanhadas e separadas, e que as crianças deixem de serem detidas. Leia o relatório [aqui](#).

DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

ÁUSTRIA / Relatório de país sobre detenção

No enquadramento da sua série de relatórios de países, o “Global Detention Project” (Projeto detenção global) publicou um relatório de país sobre detenção na Áustria em janeiro de 2015. A Áustria inaugurou a sua primeira instalação de detenção especializada em migração no princípio de 2014. Anteriormente o país empregava, quase exclusivamente, os Centros Policiais de Detenção para deter migrantes. Esta forma de detenção de migrantes tinha sido criticada por instituições de direitos humanos. As conclusões demonstram que a Áustria tem detido menos pessoas por motivos relacionados com a migração em anos recentes. Entre 2009 e 2013, o número anual de detidos diminuiu em quase 30%, de 5.996 em 2009 a 4.171 em 2013. Para ler este relatório e aceder a relatórios de outros países desta série, clique [aqui](#).

FINLÂNDIA / RELATÓRIO / A aplicação na prática da lei finlandesa que regula a detenção de migrantes

Como parte do projeto de investigação internacional “[A lei e o outro na Europa pós-multicultural](#)”, a Universidade de Helsínquia finalizou, em janeiro de 2015, um [relatório](#) que fornece uma visão global da aplicação na prática do sistema legal finlandês, que regula as condições de detenção de migrantes no país. O estudo inclui dados recolhidos de 167 casos relacionados com detenções ouvidos pelo Tribunal Distrital de Helsínquia entre fevereiro e maio de 2013. O relatório indica que, entre 2008 e 2012, o número de crianças detidas anualmente varia entre 10 e 24. As conclusões do relatório assinalam que as alternativas à detenção raramente são utilizadas e que o risco de fuga tornou-se a razão mais comum para a detenção; aliás o facto de estar em processo de remoção é, em si mesmo, fundamento para o risco de fuga. O relatório “Detenção Administrativa de Migrantes no Tribunal Distrital de Helsínquia” (‘Administrative Detention of Migrants in the District Court of Helsinki’) está disponível [aqui](#).

GRÉCIA / O governo anuncia mudanças nas práticas de detenção de migrantes

Yannis Panousis, ministro-adjunto de Proteção do Cidadão, e Tasia Christodouloupoulou, ministra-adjunta para Políticas de Migração, anunciaram, a 17 de fevereiro de 2015, o seu plano de libertar todos os migrantes que completarem seis meses num centro de detenção do país. O plano também prevê a libertação de migrantes vulneráveis, incluindo crianças, os idosos, grávidas e pessoas com sérios problemas mentais. Os ministros também expressaram o seu compromisso de que os migrantes indocumentados deixarão de ficar detidos por mais de 18 meses e que o centro de detenção Amygdaleza será eventualmente encerrado. Estas declarações vieram após a morte de três migrantes no centro de detenção Amygdaleza em fevereiro de 2015.

Fontes: [Amnesty International and Greek Council for Refugees Joint Statement](#), 11 de fevereiro de 2015; [To Vima](#), 18 de fevereiro de 2015, [Greek Reporter](#), 14 de fevereiro de 2015

ITÁLIA / Apelo ao encerramento de um centro de detenção

[Organizações da sociedade civil](#), com o apoio do membro do Senado italiano, [Luigi Manconi](#), têm apelado à autoridade para que encerrarem prontamente o Centro de Identificação e Exclusão (CIE) em Bari, Itália, após a morte de um migrante detido. Desde que o período máximo de detenção de migrantes foi diminuído em Itália, do máximo de 18 meses para o máximo de 90 dias, os cinco centros de detenção (CIEs), atualmente ativos no país, albergam o total de 749 migrantes detidos.

Fontes: [La Repubblica](#), 16 de fevereiro de 2015; [Class Action Procedimentale](#), 14 de fevereiro de 2015; [Lettera 43](#), 7 de fevereiro de 2015.

NORUEGA / Detenção ilícita de crianças

Um novo relatório da Organização Norueguesa de Requerentes de Asilo, intitulado '[Liberdade Primeiro - um relatório sobre alternativas à detenção](#)' (Freedom First - a report on alternatives to detention), descobriu que as crianças estão a ser detidas ilicitamente no centro de detenção 'Trandum' (o único centro de detenção da Noruega). Publicado em fevereiro de 2015, o relatório revela que a falta de regulação adequada no âmbito da

detenção de crianças e famílias resulta na aplicação arbitrária da lei e violações dos direitos das crianças migrantes. Leia o relatório em norueguês [aqui](#).

Fonte: [NOAS release](#), 26 de fevereiro de 2015

PUBLICAÇÃO / Projeto "Made Real": Alternativas à detenção de migrantes na UE

Dentro do enquadramento do [Projeto "Made Real"](#), financiado pela UE, a Rede Odysseus publicou em janeiro de 2015 um relatório sobre "[Alternativas à Detenção de Migração e Asilo na UE](#)". O relatório descreve programas que atualmente são utilizados como alternativas à detenção, incluindo notificações regulares às autoridades; o depósito de uma garantia financeira; uma obrigação em se manter num lugar designado; patrocínio de um cidadão do país ou de um residente de longa duração; atribuição de residência tanto em centros públicos como pulseiras electrónicas. O relatório assinala que, enquanto que as alternativas à detenção são ainda pouco usadas, uma série de práticas estão disponíveis em certos Estados membros.

REINO UNIDO / RELATÓRIO / Inquérito ao uso de detenção de migrantes

Um inquérito conjunto ao uso de detenção de migrantes pelo Grupo Parlamentar Inter-Partidário sobre Refugiados e o Grupo Parlamentar Inter-Partidário sobre Migração no Reino Unido foi tornado público a 3 de março de 2015. O grupo de parlamentares recomendou que o próximo governo introduza um limite máximo de 28 dias relativo ao tempo que uma pessoa possa ser mantida num centro de detenção no Reino Unido. Entre outros, o painel também recomendou que as mulheres vítimas de violação ou de violência sexual não sejam detidas e que as grávidas nunca sejam detidas por motivo de migração. O número de crianças migrantes detidas tem vindo a diminuir desde 2010, com 131 crianças detidas entre janeiro e setembro de 2014. Embora o painel tenha recebido bem esta redução, eles expressaram preocupação pelo facto de várias crianças se encontram detidas em instalações para adultos. O painel também ouviu diretamente indivíduos detidos. Testemunhos submetidos ao inquérito estão disponíveis [aqui](#). Na véspera do lançamento do relatório, o Canal de Notícias 4 divulgou um [vídeo](#) filmado clandestinamente dentro do centro de detenção Yarl Wood, que revela tratamento abusivo aos migrantes detidos. Para ver o relatório completo, clique [aqui](#).

Fonte: [Right to Remain](#), 3 de março de 2015

PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS

RELATÓRIO MUNDIAL / Migrantes indocumentados marginalizados na UE

No dia 29 de janeiro de 2015 a *Human Rights Watch* (HRW) publicou o seu Relatório Mundial anual. A 25ª edição da "HRW's annual World Report" resume as condições dos direitos humanos em mais de 90 países e territórios em todo o mundo em 2014. O relatório está dividido em duas partes: um ensaio e capítulos específicos de cada país. As violações dos Direitos Humanos contra os migrantes indocumentados são realçadas nos capítulos sobre a situação dos direitos humanos em diversos países da UE. O relatório aborda a migração e ao asilo político da União Europeia e aborda as preocupações existentes acerca do acesso limitado que os migrantes indocumentados têm aos cuidados de saúde em diversos países membros da UE assim como a repressão de migrantes indocumentados. Para adquirir ou ver o relatório clicar [aqui](#).